



“Não  
matarás”

# Violência policial

Após mais de dez anos de denúncias de envolvimento de PMs em homicídios e da impunidade dos acusados, a Polícia Federal entra nas investigações no Estado

RAYANI MARIANO  
DOS SANTOS

Em fevereiro de 2011, a Polícia Federal deflagrou, em Goiás, a Operação Sexto Mandamento - "Não Matarás", mantida sob sigilo de justiça e que prendeu 19 policiais militares suspeitos de fazerem parte de um grupo de extermínio. De 2004 a 2010, ocorreram 2.429 homicídios em Goiânia, desses, 224 mortes foram durante operações policiais. As investigações da PF indicam que ao menos 47 pessoas morreram ou desapareceram em supostos confrontos com os policiais acusados. Entre os presos, estava o coronel Carlos César Macário, subcomandante e chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Estado. E entre as vítimas, o adolescente David Moraes, sequestrado no Estádio Serra Dourada e morto por policiais antes que o jogo tivesse terminado. David Moraes, de 16 anos, estava no Estádio com a namorada e quatro amigos para assistir a um jogo do Vila Nova. No meio de uma tarde quente, dois homens se aproximaram de David, um deles deu uma gravata no adolescente e o algemou. Os amigos perguntaram o que estava acontecendo, e os homens, que não estavam fardados, afirmaram que eram policiais militares e mostraram suas armas. Menos de uma hora depois de ser levado do estádio, David foi encontrado morto. Na ocorrência foi registrada uma suposta troca de tiros com os policiais militares Ricardo Rocha, Clécio

Teles dos Santos, Marcelo Moraes Soares, Marcos César Brayner, Paulo Quintino Filho e Sebastião Alves Xavier - todos da Rotam (Ronda Ostensiva Tática metropolitana), grupo especial da Polícia Militar.

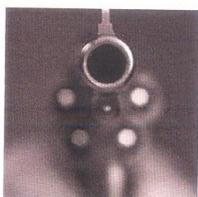
Em agosto de 2010, o Ministério Público ofereceu denúncia contra esses policiais, e mais dois, Fernando Moreira dos Santos e Márcio Sérgio Rosa, que deram cobertura e apoio aos outros denunciados, ficando em uma viatura da Rotam na estrada próxima ao matagal onde ocorreu o assassinato. Segundo a Polícia Federal (PF), esse foi um dos primeiros crimes ilustrativos das ações de extermínio. Dos oito policiais acusados do assassinato de David, apenas o tenente coronel Ricardo Rocha é apontado como membro do grupo, e um dos precursores dessas ações em Goiás.

A Polícia Federal entrou nas investigações com o objetivo de fornecer provas para os processos que já estavam em andamento. Há outros policiais envolvidos em assassinatos, porém, esses 19 foram os fornecidos pelo Ministério Público. O delegado federal Valdson José Rabelo afirma que "existia um grupo sim. Não que fossem ações planejadas, mas quando eles matavam, ligavam para a liderança, organizavam as ações, o que iriam fazer depois".

A Polícia Civil estava investigando os casos, porém enfrentava dificuldades, como

a proteção aos PMs suspeitos de crimes pelo comando. O delegado da Polícia Civil, Jorge Moreira, conta que os problemas enfrentados durante as investigações do assassinato do policial rodoviário federal Sane Pereira de Carvalho foram decisivos para a entrada da Polícia Federal. Sane foi morto em 6 de janeiro de 2010. A suspeita é que o crime tenha sido queima de arquivo.

Foi provado que a munição usada para matar o policial Sane era de um lote vendido para a PM. Segundo o delegado Jorge Moreira, "foi uma execução de pistolagem e a Polícia Militar estava fazendo muitas execuções". A Polícia Civil enfrentou muitas barreiras para caminhar com esse inquérito. Uma equipe da seção de inteligência da PM foi até um galpão de uma oficina mecânica próxima ao local do assassinato, pegou os registros das filmagens do circuito interno que mostravam a rua, mas esqueceu outras fitas. Os dois policiais deixaram as partes que mostram eles chegando e saindo da oficina, porém levaram os arquivos que mostravam a execução. "Ficou evidente que eram policiais militares, e havia o interesse de encobrir os integrantes da P2 (serviço secreto). Nós pedimos ao Comando da P2, mas eles nunca nos informaram quem eram os policiais que foram apanhar as fitas." O delegado acredita que não seria difícil identificá-los, os dois eram novos, um "tinha



# al em Goiás



Murilo Soares Rodrigues

DESAPARECIDO

◆ 12/07/1992

† 24/04/2005

uma barriguinha de chopp”. Grupos de extermínio são definidos como agrupamentos de pessoas que fazem a justiça com as próprias mãos. A delegada da Polícia Civil Adriana Accorsi explica que elas “delegam a si mesmo o direito de julgar, condenar e executar a condenação com determinados tipos de crime”. O grupo de extermínio de Goiás, formado por policiais militares, começou executando pessoas que estavam envolvidas com crimes. Porém, a delegada explica que depois passaram a praticar delitos por encomenda, atingindo pessoas que nem sequer estavam envolvidas com crimes. Na opinião de Adriana, “esse comportamento tem um certo apoio da sociedade e é por isso que perdura por tanto tempo”. A maioria das pessoas executadas são jovens, negras e da periferia.

Há mais de dez anos casos de violência policial são denunciados no Estado. O desaparecimento de Murilo Soares Rodrigues e Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, em abril de 2005, é um deles. Paulo, com 21 anos na época, estava na casa do amigo Orthon Rodrigues, no Parque Amazonas, bairro localizado na periferia de Goiânia. O jovem estava indo buscar uma peça de carro em Aparecida de Goiânia, e convidou o filho de Orthon, Murilo, para ir com ele. No caminho, Paulo e Murilo foram parados por uma viatura da Rotam.

Duas irmãs e um jovem estavam passando perto do local e viram a abordagem. Nos depoimentos colhidos na fase investigatória, informaram que um dos policiais entrou no palio azul em que Paulo e Murilo estavam, e que viram a viatura da Rotam o escoltando. No dia seguinte, o carro foi achado queimado, sem o som, e sem as rodas. Os corpos das vítimas não foram encontrados. Após a investigação, os oito policiais que participaram da abordagem foram denunciados por latrocínio (matar para roubar), ficando presos preventivamente até o julgamento. Eles foram absolvidos pelo juiz Sílvio José Rabuske sob o argumento de falta de materialidade do crime, já que as vítimas não foram encontradas.

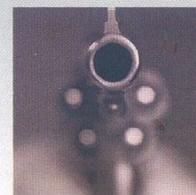
O Ministério Público recorreu da sentença e conseguiu sua anulação. O processo foi refeito, seguindo o rito processual de crimes cometidos contra a vida, cuja primeira fase consiste na coleta de depoimentos, com a decisão de pronúncia. Assim, os policiais foram processados sob a acusação de dois crimes: homicídio triplamente qualificado por motivo torpe (vil, repugnante), para facilitar a impunidade de outro crime e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Além do agravante de ter sido cometido contra um menor de idade e ocultação de cadáver.

Houve novo recurso contra a decisão que submeteu os

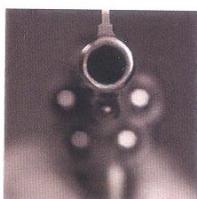
acusados ao júri popular, e dois, dos três desembargadores, votaram pela absolvição dos oito militares, livrando-os do júri popular, pois não havia provas seguras de que teriam cometido o crime. A decisão do Tribunal de Justiça foi deliberada no dia 26 de maio de 2011, porém o fato foi noticiado na imprensa apenas em agosto. O Ministério Público cogita a possibilidade de recorrer de tal decisão perante o Superior Tribunal de Justiça.

Para a juíza Telma Aparecida Alves Marques, que trabalha na vara criminal de Aparecida de Goiânia, não existem provas suficientes para mandar os policiais suspeitos do desaparecimento de Murilo Soares e Paulo Rodrigues a julgamento. “A gente tem que acreditar na boa fé de que inicialmente a polícia está ali para proteger o cidadão”. Na opinião da juíza, “é melhor um culpado solto do que um inocente preso”.

Em 2006, outro jovem desapareceu após ter sido abordado pela Rotam. Os pais de Fábio Costa Lima estavam na frente de um supermercado quando viram o filho ser jogado em uma viatura da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana. Foi feito procedimento pela Polícia Militar, onde foram colhidos depoimentos e requisitada quebra de sigilo telefônico. A conclusão do inquérito foi pelo arquivamento sob a justificativa de falta de “materialidade e autoria”. Novamente faltou provas para



“Depois desse caso, foi a pior época. Eles estavam tocando o terror mesmo. Essa absolvição fez com que se sentissem Deus” - Delegada Adriana Accorsi



comprovar o homicídio.

Quando o sumiço do adolescente Murilo Rodrigues e de Paulo Sergio completou um ano, foi criado o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial. Fabio Fuzzion, membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, explica o surgimento do Comitê como resultado do sofrimento das famílias cujos parentes foram assassinados ou desapareceram. Foi uma forma de “juntar o choro que era isolado já em 2005, continuava isolado em 2006, e só aumentava o número de famílias com dor”.

De 1999 a 2010, 36 pessoas desapareceram em Goiás após abordagem policial. No mesmo dia que a Polícia Federal deflagrou a Operação “Sexto Mandamento”, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, criou a Comissão Especial de Defesa da Cidadania para elaborar um “relatório conclusivo” quanto às investigações desses desaparecimentos. A Comissão foi conduzida pela delegada da Polícia Civil Adriana Sauthier Accorsi. O relatório, divulgado no dia 10 de junho, continha várias sugestões para melhorar o sistema de segurança pública de Goiás. Diante da falta de pronunciamento do Governador Marconi Perillo sobre o relatório, o deputado estadual Mauro Rubem, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, realizou uma audiência pública no dia 20 de

outubro de 2011 para apresentação das ações feitas pelo governo. Marconi Perillo não compareceu e nem mandou representante.

Na opinião da delegada Adriana Accorsi, o caso de Murilo e de Paulo foi um exemplo em que as investigações realizadas pela polícia foram “ótimas”. Policiais que não eram de grupos especiais falaram na frente dos membros da Rotam que eles estavam em Aparecida de Goiânia, local onde a abordagem aconteceu, quando deveriam estar trabalhando na Capital. Uma adolescente de 14 anos reconheceu os policiais na acareação, outras testemunhas viram a abordagem. E o juiz designado para o processo judicial desconsiderou os depoimentos. Para a delegada, a impunidade nesse crime foi preponderante para o aumento da violência policial em Goiás. “Depois desse caso foi um tempo terrível, foi a pior época. Em 2008 foi o boom. Eles estavam tocando o terror mesmo. Eu acredito que essa absolvição foi deletéria para a sociedade, fez com que se sentissem Deus.” Dos 36 desaparecimentos, 23 aconteceram após o caso de Murilo e Paulo.

Um deles é o de Camila Lagares Pires. Ela saiu de casa no dia 8 de abril de 2009, com o amigo Camilo Fernandes da Silva, e nunca mais foi vista. Disse para os pais que iria ficar de acompanhante do namorado no Hospital Ortopédico de Goiânia. Jhonathan da Costa

Soares namorava Camila há seis meses, e estava internado por ter levado um tiro na mão esquerda. Ele informou à polícia que foi ao hospital após ter sido assaltado nesse mesmo dia à tarde. Mas que a namorada não foi visitá-lo no hospital.

Camilo Fernandes foi a última pessoa a ser vista com Camila. Ele e mais duas pessoas, Wilton de Sousa Peixoto e Newton Jhones Martins de Castro, foram mortos no dia 8 pela manhã em um suposto confronto com policiais. Havia contra Wilton um mandado de prisão pela morte do soldado da PM Eduardo Toledo Santiago e do agente prisional Rafael Rodrigues Trindade, em dezembro de 2008.

O suposto confronto teria acontecido numa casa no setor Center Ville, na periferia de Goiânia. No dia anterior, vizinhos viram um rapaz sair de lá sangrando. A suspeita era de que esse rapaz seria Jhonathan, e que ele havia levado um tiro de Wilton, após uma briga. Para se vingar, Jhonathan teria informado à polícia a localização de Wilton. Camila estaria presente durante a briga, e levou para casa lençóis sujos de sangue para sua mãe lavar. Uma das testemunhas ouvidas no inquérito, Sidney de Moraes, mora ao lado da casa onde houve o confronto. Quando chegou do trabalho, por volta das 7h da manhã, havia várias viaturas policiais na rua, e pessoas na calçada para ver o que esta-

va acontecendo. Em determinado momento, um PM fardado mandou que todos entrassem em suas casas, pois ia haver tiroteio. Sidney entrou, e logo depois ouviu o portão da casa ao lado ser aberto, e os vizinhos chegando. Escutou vários disparos de arma de fogo e os PMs gritarem: "É polícia! É polícia!". Quando o tiroteio parou, uma das viaturas entrou de ré na garagem. Sidney não viu quando os policiais retiraram os corpos.

O celular de Camila foi encontrado junto com os objetos das três vítimas, armas e drogas. Na perícia realizada na viatura, foi encontrado um fio de cabelo loiro, porém até hoje não foi realizado o exame de DNA. O delegado Jorge Moreira da Silva, responsável pela investigação junto com o delegado Kleyton de Oliveira Alencar, disse que o fio de cabelo foi enviado para exame em Brasília, mas ainda não há resultado.

Para o delegado Jorge Moreira não há dúvidas de que Camila Lagares foi morta por policiais. "A Lagares estava junto com eles. Até porque era do convívio deles, em razão do uso da droga e do tráfico." Porém, o delegado acredita que os policiais, no início, não souberam o que fazer com ela, "uma menina bonita, apresentável", depois decidiram por matá-la.

Atualmente, cerca de 80% dos crimes de morte que acontecem em Goiânia estão ligados diretamente ao

tráfico, segundo a Delegacia Estadual de Homicídios. Na capital goiana, com 78 anos e 1,3 milhão de habitantes, dez bairros foram o cenário de 324 homicídios entre 2008 e junho de 2011. Entre os que registram o maior número de crimes, 60% estão na periferia da cidade.

O último caso analisado pela Comissão de Defesa da Cidadania aconteceu no final do ano passado. Bruno Elvys Lopes Araújo, com 16 anos na época, e Adriano Souza Matos, 22 anos, desapareceram no dia 22 de novembro de 2010. Os dois foram juntos na moto de Adriano pagar um boleto bancário na lotérica, e na volta foram abordados por quatro policiais do Batalhão de Choque da PM. A abordagem foi comandada pelo cabo Novandir Rodrigues da Silva, no Setor Nova Vila, por volta das 13h.

O PM aposentado Kedson Pinheiro Araújo, pai de Bruno, informou em seu depoimento que há aproximadamente oito meses antes do desaparecimento, o cabo Novandir havia apreendido seu filho por supostamente ter recebido um objeto que sabia ser de crime. Na época, o vizinho de Bruno lhe pediu que testasse um notebook, quando o garoto foi devolvê-lo, a polícia estava na porta de sua casa. O procedimento foi arquivado, pois comprovou-se que tudo não passou de um mal-entendido. Sobre os antecedentes do desaparecido Adriano,

que era office-boy, uma das testemunhas afirmou que o jovem era envolvido com o tráfico de drogas.

Para o delegado Jorge Moreira, responsável por investigar o caso, não há dúvidas que foram policiais. "A facilidade para desaparecer com duas pessoas, e até o veículo que estava com eles, só tem quem é polícia." Ele explica que uma pessoa comum, por mais organizada que seja, teria uma dificuldade muito grande para desaparecer com duas pessoas e não deixar nenhum vestígio, nenhuma materialidade. O caso ainda está sendo investigado pelas polícias Militar e Civil e pelo Ministério Público.

A criação da Comissão de Defesa da Cidadania e a prisão de PMs pela Polícia Federal trouxe esperança para os familiares, porém, os resultados concretos ainda não apareceram. Após divulgar o relatório, a delegada Adriana Accorsi informou que os membros da Comissão fizeram várias sugestões para contribuir com a resolução dos casos analisados. Porém, não há indícios de que os casos voltaram a ser investigados.

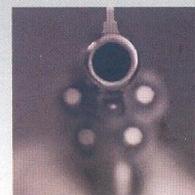
O delegado Jorge Moreira investigou vários crimes praticados por policiais, porém, após a Operação "Sexto Mandamento" ele passou a ser ameaçado constantemente, e foi transferido para a Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas (Decar). A jornalista



Camila Lagares Pires  
DESAPARECIDA

● 31/10/1990

† 08/04/2009



# Mapa da Violência em Goiás



Número de homicídios por 100 mil habitantes  
 Dados divulgados em 2010  
 Fonte: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/mapa2010.html>

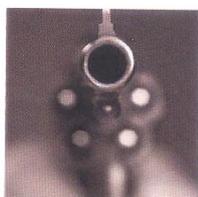
Rosana Mello também já sofreu ameaças. No dia em que os 19 policiais foram presos, oito viaturas da Rotam se dirigiram às Organizações Jaime Câmara, sede do jornal O Popular, onde Rosana trabalha, e rondaram a estrutura com as sirenes ligadas e em baixa velocidade. Após a tentativa de intimidação, o comandante da Rotam foi afastado e as ações do grupo especial suspensas por tempo indeterminado. A Rotam só voltou a atuar em agosto, após anunciar uma “nova filosofia de trabalho”. A imagem que a população tem da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana em Goiânia é de truculência e brutalidade. Porém, após os episódios envolvendo a Operação

“Sex-to Mandamento”, 62 dos 107 integrantes foram afastados, e os que continuaram, passaram por uma nova formação. Disciplinas de Direitos Humanos, Policiamento Comunitário e Primeiros Socorros foram incluídas no Curso de Patrulhamento Tático. As funções do grupo especial continuam sendo o combate a roubos de bancos, sequestros e outras ocorrências mais complexas. O padre Geraldo Nascimento também é uma das vítimas de ameaças. Vivendo em Goiânia há 21 anos, o padre mudou para a capital após ser ameaçado em Manaus por denunciar situações de violência policial. Na Capital goiana a história se repetiu. O padre Geraldo era diretor da Casa da Juventude, local onde são realizados vários trabalhos

sociais com jovens carentes, membro do Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial e participou da Comissão pela Defesa da Cidadania. O ativismo a favor dos direitos humanos o obrigou novamente a se mudar. Algumas ameaças vieram por outras pessoas. Falaram para o arcebispo de Goiânia, dom Washington Cruz, que o padre Geraldo iria sofrer um acidente ou assalto para encobrir sua morte. A última ameaça aconteceu em agosto. Ligaram para a Casa da Juventude perguntando a altura do padre, pois estavam providenciando seu caixão. Em outubro, ele foi transferido.

### Grupo de extermínio

Em meio a tantos casos de desaparecimentos, homicídios, denúncias contra policiais, ameaças, indícios da existência de um ou mais grupos de extermínio, e sem perspectivas de solução, a Polícia Federal foi convocada. Em dezembro de 2009,



um expediente assinado pelo Procurador-Geral da Justiça de Goiás chegou ao gabinete do Ministro da Justiça anunciando a existência de um grupo de extermínio no Estado liderado por policiais militares, com ações em Goiás, no entorno do Distrito Federal e no Mato Grosso. A interestadualidade das ações, as graves violações aos direitos humanos e a limitação do aparelho de Segurança Pública local foram as justificativas para a entrada da PF nas investigações.

Em abril de 2010 uma equipe policial federal se instalou em Goiânia com o objetivo de coletar provas para subsidiar os diversos inquéritos em que os PMs figuravam como suspeitos ou réus. A partir de escutas telefônicas e das investigações, houve a constatação de que em nenhum dos casos os policiais queriam apenas fazer justiça com as próprias mãos. Nos crimes investigados, a motivação principal era a obtenção de vantagem econômica. Através de escutas telefônicas, os delegados federais constataram que policiais da Rotam faziam a segurança em postos de gasolina e transportavam valores desses estabelecimentos. Os subtenentes Fritz Agapito Figueiredo e Hamilton Costa Neves atuavam diretamente no sistema, que trazia retorno financeiro ao grupo. Serviços de vigilância e de transporte de valores, de acordo com a legislação, não podem ser realizados por PMs. Além des-

as atividades que têm objetivos econômicos, a Polícia Federal cita no inquérito a possível relação de membros desses grupos com o tráfico de drogas.

Nos processos em que o tenente coronel Ricardo Rocha figura como réu, por exemplo, várias testemunhas lhe atribuem a prática de tráfico de drogas. Apontado como um dos líderes do grupo de extermínio, Rocha candidatou-se a Deputado Estadual nas eleições de 2010. Apesar da candidatura ter sido impugnada, porque o policial não havia votado nas três últimas eleições, fazendeiros de cidades do interior de Goiás, onde Rocha já trabalhou, o apoiaram financeiramente.

O Ministério Público de Goiás denunciou Rocha e outros seis PMs pelo assassinato de Higino Carlos Pereira de Jesus, realizado em 24 de fevereiro de 2010 na cidade de Alvorada do Norte. Os policiais trabalhavam em Formosa (GO), distante 176 km de Alvorada. Os sete foram presos na Operação "Sexto Mandamento". A suposição é que a vítima morreu porque estaria envolvida com furtos de gado.

Antes de localizar Higino, os policiais realizaram buscas em três residências sem autorização judicial. A vítima foi capturada na casa de familiares - que reconheceram os policiais posteriormente - levada para as imediações de uma fazenda e executada com vários tiros. Dois dias depois, o primo de Higino,

Pedro Nunes da Silva Neto e o adolescente de 16 anos Cleiton Rodrigues desapareceram também em Alvorada do Norte, após serem levados por policiais militares quando estavam tomando banho em um rio. Duas testemunhas viram os dois sendo sequestrados.

Em janeiro de 2010, segundo a denúncia, Rocha participou, como comandante do 16º Batalhão da PM em Formosa, de uma reunião em Flores de Goiás (79 km de Alvorada do Norte) com fazendeiros. No encontro, teria ficado acordado uma intensificação do patrulhamento na região para evitar furtos e roubos de gado, e o pagamento de propina por essa vigilância.

Em relação à atuação de Ricardo Rocha, a representação da Polícia Federal enviada ao juiz para a prisão dos policiais diz que "a incidência de execuções sumárias e desaparecimento forçado de pessoas estavam sempre ligados a locais onde exercia as suas atribuições. Detentor de poder de comando, passou a difundir essa prática entre os seus subordinados". A PF também fala sobre a "existência da 'era' Ricardo Rocha Batista". O assassinato do adolescente David Moraes em 11 de março de 2001 seria ilustrativo do início dessa "era".

O tenente coronel Ricardo Rocha, de 37 anos, entrou para a Polícia Militar em 1991. Comandou a Rotam entre maio de 2004 e 2005.



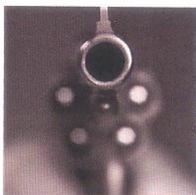
Adriano Souza Matos  
DESAPARECIDO

● 17/04/1988

✝ 22/11/2010



De 6 de março de 2003 a 15 de maio de 2005, houve 117 homicídios em Goiânia cujos suspeitos são PMs. Deste total, 57 pessoas não tinham ficha criminal



De acordo com dados publicados na imprensa, de 6 de março de 2003 a 15 de maio de 2005, houve 117 homicídios em Goiânia cujos suspeitos são PMs. Deste total, 57 pessoas não tinham ficha criminal.

Em meio a investigação do Ministério Público sobre os homicídios atribuídos a membros da Rotam, Ricardo Rocha voltou a Rio Verde. A representação da PF indica oito vítimas do grupo de extermínio nessa cidade. O tenente coronel foi transferido depois para Formosa, onde o grupo é suspeito de sete assassinatos. Em março de 2010, quando chefiava o 16º Batalhão da PM em Formosa, o Ministério Público pediu seu afastamento dessa função, pois era suspeito de homicídios e desaparecimentos em Alvorada do Norte. Antes de ser preso na “Sexto Mandamento”, Rocha comandava o Grupo de Patrulhamento Aéreo (Graer) da PM.

Dados do Mapa da Violência 2010 mostram que de 2003 a 2007 a taxa de homicídios em Formosa foi de 55,1 por 100 mil habitantes, a segunda maior do Estado. Flores de Goiás aparece na quarta colocação, registrando taxa de 50,1. Goiânia está na 14ª, com 34,6. No Estado, a taxa é de 26,4, e no Brasil de 25,2.

Sobre a atuação da Polícia Civil, consta na representação que as investigações de crimes de homicídio envolvendo PMs não recebiam a

celeridade esperada. Inquéritos policiais permanecem parados por anos porque dependem de laudo pericial, e alguns peritos têm receio de instrumentalizar os laudos, pois temem por retaliações. Além disso, a investigação indica que integrantes do grupo possuem ligações políticas com a Secretaria de Segurança Pública e o Governo do Estado, fator que acaba inibindo a atuação de delegados e peritos.

Nas escutas telefônicas, foi constatada a comunicação desses policiais presos com ao menos três autoridades de Goiás. O Governador na época, Alcides Rodrigues, o Secretário de Segurança Pública, Ernesto Roller, e o Secretário da Fazenda, Jurcelino Braga. Os dois últimos são suspeitos de tráfico de influência para obter a promoção de alguns dos oficiais envolvidos. Nos telefonemas gravados, Braga prometeu dinheiro para a campanha de Rocha. A PF comprovou também que policiais ligados ao grupo eram promovidos sem levar em consideração os critérios da corporação. O assessor de comunicação da Polícia Militar de Goiás, coronel Divino Alves, não quis esclarecer como funcionam as promoções por merecimento.

A Operação “Sexto Mandamento” ainda não está finalizada, e as investigações correm sob sigilo. Dos 19 policiais presos, nove foram soltos por excesso de prazo. A delegada Adriana Accorsi

criticou o Poder Judiciário de Goiás por não ter dado prioridade a esses casos, já que os acusados estavam presos por prisão preventiva, e nesses casos o prazo para que o processo seja concluído é de 90 dias, podendo haver adiamento dependendo das circunstâncias. Apenas sete policiais foram mandados a julgamento até o momento. Um dos júris estava marcado para o dia 31 de outubro, porém não aconteceu porque os técnicos do judiciário do Estado encontravam-se em greve. O Judiciário de Goiás se recusa a falar sobre a Operação “Sexto Mandamento”, segundo a assessoria de imprensa.

O advogado Pedro Paulo Guerra Medeiros fez um questionamento no Superior Tribunal Federal em nome do subtenente Fritz Agapito, mas que se for atendido, se estende a todos os policiais. O advogado defende que a Operação da PF é nula, porque se baseia em escutas telefônicas que foram autorizadas por um juiz que não tinha competência para autorizá-las. O STF ainda não julgou o caso.

Os policiais presos negam a existência de um grupo de extermínio, alegando que os homicídios dos quais são acusados aconteceram durante o trabalho. Além disso, o tenente coronel Ricardo Rocha, por exemplo, afirmou em entrevista à imprensa, antes de ser preso, que a polícia de Goiás “é firme”, e que ele sempre atirou e ma-

tou em confronto. Rocha tem fama dentro da Corporação de ser um “ótimo policial”. Na opinião de um delegado da Polícia Civil, ele “é um coitado, um policial pobre, que mata bandidos”. O delegado não acredita que existe um grupo, defende que as mortes eram esparsas e aconteceram em locais diferentes.

O último policial solto foi o major Alessandri da Rocha Almeida. Ele foi mandado a jurí pela morte da empresária Martha Cosac e de seu afilhado Henrique Talone, em 1996. O major Alessandri é filho de oficial militar e tem bom relacionamento no meio político. Ele foi assessor do vice-presidente Michel Temer. Segundo as investigações da Polícia Federal, o major possui “estreito relacionamento com pessoas comprovadamente envolvidas com crimes de tráfico de drogas e assalto a banco e carro forte.” Nos inquéritos, a PF chama a atenção para o fato do policial possuir uma fazenda de 500 alqueires, andar em uma camionete de luxo e falar em suas conversas por telefone de viagens cujos gastos alcançam R\$ 30 mil.

O major Alessandri também é acusado de um assassinato durante a desocupação de uma região em Goiânia chamada Parque Oeste Industrial. Em maio de 2004, o local começou a ser ocupado por famílias de sem-teto.

Com a aproximação das eleições municipais, alguns políticos aproveitaram o momento para fazer promessas de regularização dos lotes. Diante da situação, a notícia de regulamentação dos terrenos se difundiu, provocando a ida de mais famílias para a região. O proprietário do imóvel entrou com um pedido de reintegração de posse, e a juíza responsável concedeu no dia 9 de setembro a liminar para a desocupação em 20 dias.

O Parque Oeste Industrial, nesse momento, já era habitado por cerca de cinco mil pessoas. Em razão da dificuldade para desocupar a área, o prazo foi prorrogado várias vezes. Nos dias que antecederam a desocupação, a Polícia Militar, segundo o Ministério Público, utilizou “estratégia de guerra para enfraquecer a resistência dos invasores”, como bombas de efeito moral durante a madrugada. No dia 11 de fevereiro de 2005, houve o primeiro confronto entre moradores e policiais, com disparos de advertência para o alto.

A desocupação aconteceu em 16 de fevereiro de 2005, com a presença de 1.863 homens mobilizados pela Secretaria de Segurança Pública, e tendo como consequência duas mortes, 14 feridos e 800 presos. Uma das vítimas assassinadas foi Wagner Silva Moreira, que estava visitando a mãe e foi morto pelo major Alessandri da Rocha Almeida. A outra vítima foi Pedro

Nascimento da Silva.

Mesmo com as duas acusações de assassinato, em 2005 o então capitão Alessandri foi promovido a major. Somente em 2010, oito dos 19 presos pela PF foram promovidos - todos por merecimento. Em setembro do ano passado, o Ministério Público pediu a prisão preventiva do então major Ricardo Rocha. Em novembro, Rocha foi promovido a tenente coronel. Além das promoções, em janeiro de 2011, o coronel Carlos César Macário, suspeito do desaparecimento de um soldado em 2005, foi nomeado subcomandante da PM, segundo cargo na hierarquia da corporação.

O delegado Jorge Moreira, titular da Delegacia de Homicídios por sete anos, aponta a tolerância dos comandos da Polícia Militar como um dos motivos que dificultam as investigações dos casos envolvendo PMs. O delegado explica que a Polícia Civil investigava os casos, porém “há uma dificuldade muito grande de chegarmos aos autores e materializar provas contra eles”.

Os crimes cometidos por policiais têm características específicas. A primeira delas é a ousadia na abordagem. Segundo o delegado Jorge Moreira há crimes em que os policiais mataram em bairros movimentados, durante o dia, mas se dirigiram ao local em carros sem placas, ou placas frias, porque gozam da imunidade de serem policiais e poderem andar em veículos



Fábio Lima  
DESAPARECIDO

● 26/12/1984  
† 05/01/2006





Missa de um ano da morte de Luiz Antônio Ázara, executado em 27 de janeiro de 2006

descaracterizados. Quando são execuções, as feridas feitas pelas armas de fogo também dão pistas dos autores, geralmente são na nuca, testa ou peito. O calibre da arma utilizada é outra característica, pois policiais têm armas de calibre restrito. Também há casos em que os policiais afirmam que as vítimas foram mortas em confronto, mesmo quando as perícias confirmam que o tiro foi dado a uma distância curta e atingiu a cabeça.

Solange Verônica de Ázara estava na escola em que trabalha como porteira quando vizinhos a avisaram que seu filho fora perseguido pela polícia depois de não atender ao pedido de parar a moto. No momento, porém, ele já havia chegado em casa e estava em segurança. A mãe decidiu ligar para confirmar. “Mãe, foi um vacilo meu. Acabei de cortar o cabelo e estava sem capacete, e como a motoci-

cleta do Raimundo está com o IPVA vencido, eu corri. Mas já estou aqui dentro de casa e não precisa falar nada para o pai.”

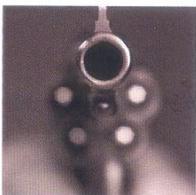
Solange não falou nada para o marido, mas decidiu ir embora do trabalho e encontrar o filho. No caminho, amigas lhe disseram que estava cheio de policiais na porta de sua casa. “Anda logo, que quem sabe você pede para não fazerem nada com ele.” Quando chegou em frente sua casa, havia vários policiais e viaturas. Ela pediu que a deixassem entrar, explicou que seu filho era honesto, trabalhava, que poderia falar com ele, mas não teve sucesso. Após ouvir dois tiros, Solange desmaiou. Quando despertou, viu os policiais carregando o corpo de seu filho para dentro do camburão.

O soldado Adailton Ribeiro dos Reis e o cabo Brunner Ramos da Silva, ambos do 13ª BPM, estavam patrulhando, quando suas viaturas foram acionadas via rádio

para dar apoio a um carro da polícia que tentou abordar um motociclista, mas ele fugiu efetuando disparos. Alguns minutos depois, os policiais localizaram a moto em uma residência.

Os PMs Adailton e Bruno deram a volta na casa, e viram Luiz Antônio tentando se esconder em cima do telhado do vizinho. Nos depoimentos, os policiais disseram que gritaram para que levantasse com as mãos na cabeça, ao que ele virou rapidamente segurando uma arma, e os PMs atiraram. A vítima caiu do telhado, e foi se arrastando até a cozinha.

O Tenente Carvalho determinou que os homens do 13º BPM cercassem a casa, porque a Rotam iria entrar. O cabo Wagner Pereira dos Santos foi o primeiro a ver Luiz Antônio, e afirmou em seu depoimento que a vítima atirou em sua direção, ao que ele respondeu com dois disparos. As testemunhas, no entanto, disseram que após a entrada do cabo Wagner e dos outros membros da Rotam, foram ouvidos dois disparos. Em seguida, um policial saiu da casa usando luvas cirúrgicas, pegou um saco de papel pardo em uma das viaturas, e voltou para dentro da residência. Em seguida, foram ouvidos mais dois disparos, classificados como mais “fofos” pelos vizinhos. A perícia realizada no corpo de Luiz Antônio constatou que um tiro atingiu o joelho, outro o abdômen e o terceiro o peito. O laudo também



indicou que o último disparo foi realizado a uma distância de 30 a 50 centímetros. No máximo, de um metro.

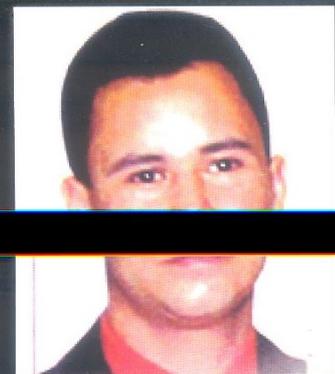
O revólver utilizado pela vítima foi recolhido pelo cabo Wagner, que não retirou as munições, e posteriormente o entregou na Corregedoria Militar. Porém, o revólver possui seis câmaras, e não foi possível explicar porque foram entregues mais munições do que as seis. Um dos policiais contou a sua advogada que Luiz Antônio não estava armado. Porém, ele preferia ir a julgamento a falar esse fato publicamente.

Este é o sexto processo de homicídio em que o soldado Adailton Ribeiro responde. O cabo Wagner Pereira também responde a outros dois processos por homicídio. Os PMs Adailton, Wagner e Brunner Ramos da Silva continuam trabalhando como policiais.

Wagner Pereira dos Santos é o único dos três policiais acusados da morte de Ázara que pertencia a Ronda Ostensiva Tática Metropolitana. Nas palavras do tenente coronel Ricardo Rocha “a Rotam são os assassinos da PM, os da farda preta”. A fala foi gravada e está no inquérito da Polícia Federal. Em outro áudio, o cabo Éderson Trindade, também preso na Operação “Sexto Mandamento”, afirma que “mata por prazer e satisfação”. Em seguida, diz que nunca irá mudar. “Um pouquinho de sangue na farda, né, chefe?”

## Policiais militares presos na Operação Sexto Mandamento

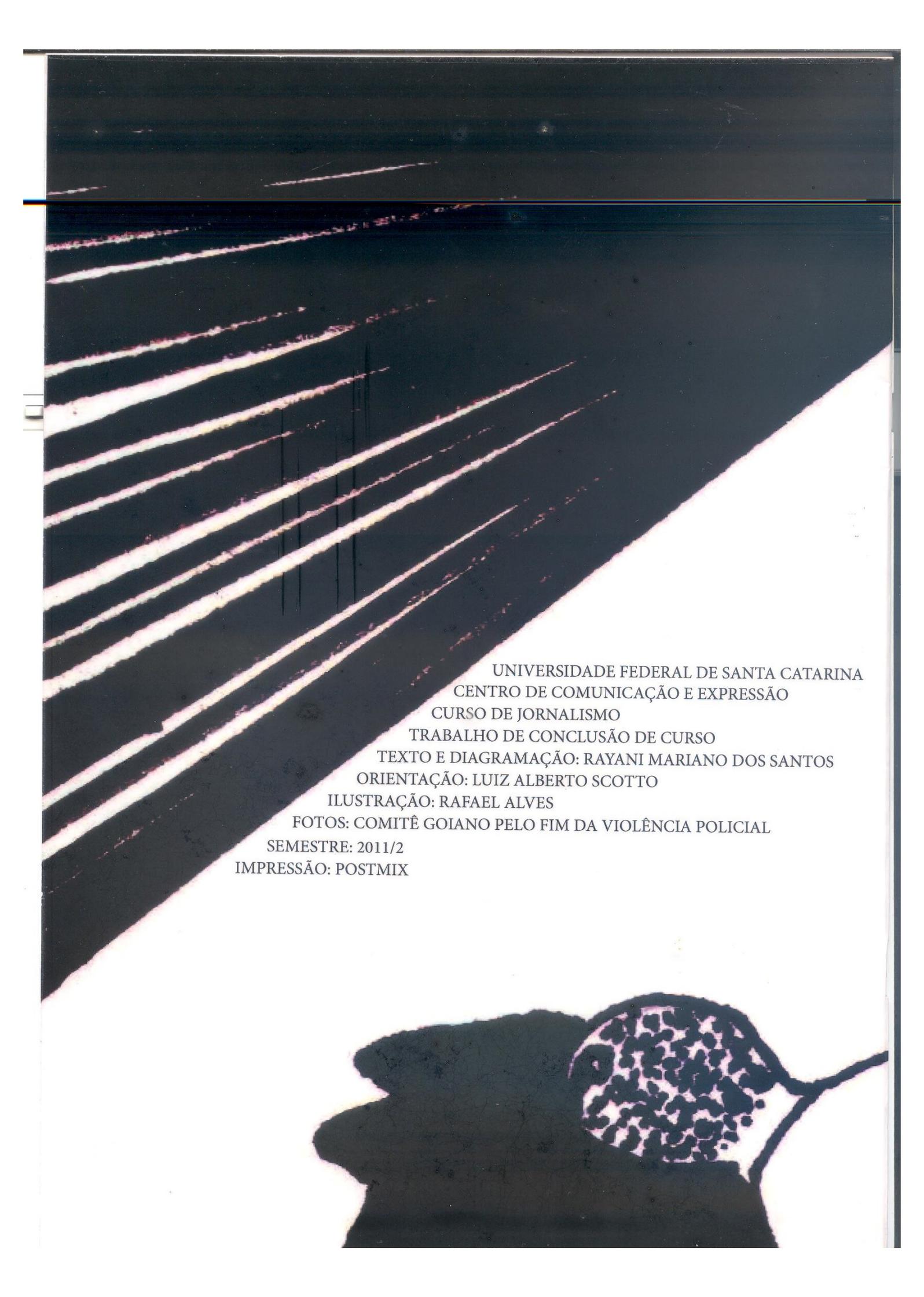
- Coronel Carlos César Macário
- Tenente Coronel Ricardo Rocha Batista
- Major Alessandri da Rocha Almeida
- Major André Ribeiro Nunes
- Capitão Durvelino Câmara Santos Júnior
- Tenente Victor Jorge Fernandes
- Subtenente Friz Agapito Figueiredo
- Subtenente Hamilton Costa Neves
- Sargento Geson Marques Ferreira
- Sargento Wanderley Ferreira dos Santos
- Cabo Ederson Trindade
- Cabo Cláudio Henrique Carmargos
- Cabo Alex Sandro Souza Santos
- Cabo Ricardo Machado
- Soldado José Francisco Ferreira Lopes
- Cabo Rodrigo Eusébio Pereira
- Soldado Gilson Cardoso dos Santos
- Soldado Lourival Torres Inez
- Soldado Francisco Emerson Leitão



Luiz Antonio Ázara  
EXECUTADO

● 08/05/1976  
† 27/01/2006





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE JORNALISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
TEXTO E DIAGRAMAÇÃO: RAYANI MARIANO DOS SANTOS  
ORIENTAÇÃO: LUIZ ALBERTO SCOTTO  
ILUSTRAÇÃO: RAFAEL ALVES  
FOTOS: COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL  
SEMESTRE: 2011/2  
IMPRESSÃO: POSTMIX

